

Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação

Stories of Campinas in the colonial period (1775-1822):
historiography and documents

*Juliana Gesuelli Meirelles*¹

jugmeirelles@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva compreender o nascimento, a estruturação e a consolidação da freguesia de Campinas no período colonial (1774-1822) em um momento crucial da Capitania de São Paulo, em que a principal atividade econômica era o açúcar. O texto apresenta a bibliografia especializada sobre a região, tendo como foco os estudos que discutem as raízes socioeconômicas e culturais da nova vila colonial e a formação das sensibilidades dos seus agentes históricos marginalizados do poder político: os escravos, as mulheres e os homens livres pobres. Em interface com a riqueza documental presente no acervo histórico do Centro de Memória – Unicamp (CMU), referente ao período colonial da região de Campinas, destacamos os fundos e as coleções de natureza impressa e manuscrita que compõem este acervo e o qualificam, ao longo desses 30 anos de existência, como *locus* de pesquisa de grande relevância para o avanço do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Brasil Colônia; Campinas; fontes de pesquisa.

Abstract

This article aims to understand the birth, structuring and consolidation of the Campinas parish in the colonial period (1774-1822), when sugar was the main economic activity of the Captaincy of São Paulo. We will present the specialized literature about the region, focusing on studies that discuss the socioeconomic and cultural roots of the new colonial village and the formation of the sensitivities of its historical agents, all marginal to the political power: the slaves, women and poor freemen. In interface with the documental wealth of Centro de Memória – Unicamp (CMU) historical collection, that refers to the colonial period of the Campinas region, we highlight the printed and handwritten funds and collections, which has been qualified, over its thirty years of existence, as a highly relevant research locus for the advancement of historical knowledge.

Keywords: Colonial Brazil; Campinas; research sources.

¹ Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e especialista em história colonial, especialmente o período de governança de D. João VI.

O ano de 1765 foi um marco político para a Capitania de São Paulo. Depois de mais de uma década de subordinação ao governo do Rio de Janeiro (1748-1765), os paulistas recuperavam a sua autonomia administrativa. Como já atestou o estudo de Heloísa Bellotto (1979), esta nova política metropolitana teve o objetivo de evitar os possíveis avanços espanhóis na região sul do país, cuja tarefa de garantir maior segurança à região ficou a cargo do capitão-general Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). O representante da Coroa Portuguesa se responsabilizava tanto pela defesa militar da Capitania (por meio da organização de milícias) quanto por edificar um amplo projeto de levantamento da população paulista. Neste sentido, a fixação da população dentro de um programa que visasse à elevação de novas vilas, capaz de facilitar o controle dos habitantes e assim favorecer a organização de milícias, foi um viés fundamental da nova política estatal (SILVA, 2009, p.158).

Para o sucesso da difícil empreitada, a Coroa incentivou a formação de tropas milicianas pagas. Como já analisou Laima Mesgravis (1983), o pagamento de um soldo garantiria a atração da “melhor gente da terra” para as novas vilas, uma vez que os milicianos receberiam do Estado o privilégio de compor o corpo militar. Por este viés, portanto, a Coroa reiterava os vínculos entre metrópole e colônia, norteados por valores de uma sociedade estamental que buscavam garantir a fidelidade dos súditos para com a monarquia.

Foi dentro desse contexto que nasceu o “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz” (futura freguesia de Campinas), que pertencia à vila de Jundiáí. De início, a localidade foi um pouso destinado para aqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Aos poucos, porém, iniciava-se a fixação de uma pequena população. Pelo recenseamento de 1767, o local já contava com 53 fogos. Sete anos depois, em 1774, a pequena região alcançava sua autonomia religiosa com o estabelecimento da freguesia de N. Sra. da Conceição das Campinas, sendo esta mudança uma requisição imposta pela própria população (MELLO, 1969, p.34-39).² Pouco mais de duas décadas à frente, em 1797, conquistava a autonomia política em relação à vila de Jundiáí.

A data marcava o nascimento da Vila de São Carlos, designação escolhida em virtude do Santo do dia (Carlos de Borromeu) ou, quiçá, em homenagem à Princesa do Brasil, Carlota Joaquina. Segundo Maria Thereza Petrone (1968), também foram os próprios moradores que pediram a criação da vila, desmembrada de Jundiáí. Sentiam-se “vexado[s] em servirem aos cargos da República da dita Vila por morarem disviados [sic] oito, dez, 12 e 14 léguas, no que sentem gravíssimos prejuízos nas suas lavouras [de cana], por serem engenheiros” (Boletim do Departamento do Arquivo do Estado, 13, e DI, 3, apud PETRONE, 1968, p.45). Este processo findou em 1842, quando foi restaurado o nome de origem da localidade e, enfim, nascia a cidade de Campinas (TEIXEIRA, 2002).

Em uma entrevista sobre a história de Campinas, o historiador José Roberto do Amaral Lapa (2000, p.22) nos revela a importância de se estudar a cidade durante o período colonial (1770-1822). Se por um lado Lapa considera escassa a produção historiográfica para os primórdios da Vila de São Carlos, por outro lado aponta para a existência de “documentos muito importantes dessa fase”, citando, inclusive, uma documentação manuscrita sobre a história de Campinas, existente nos arquivos portugueses.

Eu fiz um levantamento de todos os documentos inéditos, manuscritos, do século XVIII, referentes à história de Campinas, existentes em Portugal, tenho tudo isso microfilmado. [...] Eu já localizei tudo, então eu vou publicar esses documentos com uma pequena introdução sobre o conteúdo do documento... Portanto, não é uma história de Campinas, são fontes para a história de Campinas. (LAPA, 2000, p.40).

Com o falecimento do pesquisador, não foi possível a publicação do trabalho. Apesar disso, essas fontes se encontram preservadas no acervo documental do CMU, na *Coleção José Roberto do Amaral Lapa*, uma série documental com fontes do século XVIII ainda inexplorada pelos historiadores. Composta por um total de 17 rolos de microfilmes, seu conteúdo está circunscrito ao século XVIII e apresenta uma ampla diversidade temática, a saber: cópias de processos inquisitoriais da Visita do Tribunal do Santo Ofício aos Estados do Maranhão e Grão Pará; o *Segundo Livro do Regimento do Santo Ofício*; documentos da Real Mesa Censória de controle dos livros que entravam no Brasil; relatórios sobre o tráfico ultramarino das naus portuguesas, em

2 A petição dirigida ao vigário capitular do Bispado de São Paulo, em 1772, pode ser encontrada em INSTITUTO, 1952, p. 17.

que constam relatos de viagem sobre os carregamentos, as atividades da tripulação, o comércio de gêneros em geral e, principalmente, de madeira e tabaco; os livros sobre a transplantação de plantas da Ásia para o Brasil e sobre o comércio do Maranhão e no Grão Pará.

Investigar essa documentação manuscrita aparece-nos como uma importante escolha documental do período para que possamos conhecer mais detidamente a complexidade da sociedade paulista da região de Campinas durante sua emergência e consolidação, sobretudo entre o final do século XVIII e início do XIX, época em que o açúcar destacava-se como a principal atividade econômica da Capitania de São Paulo. Em 1765, Morgado de Mateus considerava: “[...] o melhor meio de se enriquecer os povos é a agricultura e o comércio com que se tem feito poderosas e opulentas as mais famosas nações do mundo” (DI, 72. Ofício de 8 de agosto de 1765 apud PETRONE, 1968, p. 13). O discurso do capitão general fazia parte de uma política mais ampla da Coroa Portuguesa, que desde a governança do Marquês de Pombal concebia a valorização da agricultura como o principal meio de promover o progresso e a civilização dos povos. Por esse prisma, o súdito real tornava a lavoura canavieira em São Paulo um empreendimento visando ao mercado mundial.

Em um contexto mais amplo, há que se considerar a importância da Revolta dos escravos no Haiti, em fins do século XVIII, que interrompeu por quase uma década a produção de açúcar e impulsionou a crise do preço do produto na Europa. Essa conjuntura histórica favorável foi considerada um fato decisivo para que a Coroa Portuguesa tomasse a iniciativa de incentivar a produção açucareira na Província de São Paulo (EISENBERG, 1989, p. 317-328). Além disso, produzir açúcar em larga escala foi o meio encontrado para que a região saísse do estado de pobreza que se encontrava. “Eu achei esta Capitania morta e ressuscitá-la é mais difícil do que criá-la de novo. O criar está na responsabilidade de qualquer homem [;] o Ressuscitar foi milagre reservado para Cristo”, escrevia Morgado de Mateus ao Marquês de Lavradio, em 1774 (apud PETRONE, 1968, p. 13).

Ressuscitar a Capitânia de São Paulo foi um projeto político que ia muito além da dinamização econômica da região. Em uma localidade de população escassa, o povoamento através da formação de famílias aparecia como uma questão absolutamente essencial. Como analisa o pesquisador Paulo Eduardo Teixeira:

A família, desse modo, emergia como elemento importante na constituição dessa tática de defesa territorial, visto que sem ela era impossível a existência de uma população necessária ao estabelecimento de vilas, que por sua vez ofereciam o contingente de recrutas para as tropas de soldados. (TEIXEIRA, 2002 p. 3).

Esta mesma medida já havia sido referida pela historiadora Maria Odila da Silva Dias (1995, p. 33). Segundo a autora, em 1768 o Morgado de Mateus tinha como uma de suas preocupações a política de casamento. O excesso de mulheres solteiras em São Paulo era atribuído pelo político a três razões: à carestia do processo burocrático de casamento religioso, à provisão por parte dos vigários e ao recrutamento de homens em idade casadoura que serviam ao exército, sendo que o trato mercantil os condenava a uma presença itinerante.

Foi neste cenário que se deu o crescimento econômico e o povoamento da região de Campinas. Quando o Morgado de Mateus ordenou Francisco Barreto Leme (diretor do povoamento de Campinas) a estabelecer a freguesia, também o orientava a incentivar o estabelecimento de casais (TEIXEIRA, 2002, p. 12). No aspecto econômico, em 1797, Bernardo José de Lorena já incluía a localidade entre as que mais produziam açúcar. Depois da abertura dos portos às nações amigas por D. João, em 1808, a procura internacional pelo açúcar paulista aumentou significativamente, sendo que 40 anos depois, em 1836, a Vila de São Carlos fornecia quase um terço da produção de açúcar e um sexto de aguardente da província. Em suma, desde o final do século XVIII, Campinas e Itu já se destacavam como as duas principais regiões do *Quadrilátero do Açúcar* na capitania paulista (PETRONE, 1968, p.45-46; EISENBERG, 1989, p.327).

Nesses primeiros 40 anos de explosão do açúcar em Campinas, Eisenberg (1989) chama atenção para duas mudanças centrais na sociedade: o nascimento de uma estrutura social mais diversificada e o lento, mas definitivo, crescimento de uma população urbana. Para além do aumento no número de escravos, “surgiu um grupo considerável de pequenos artesãos e artífices, exercendo um amplo leque de atividades com outras matérias-primas que não a cana-de-açúcar. Também surgiu um número quase equivalente, de pessoas dedicadas à prestação de serviços”, o que determinou uma sociedade mais complexa, em que a divisão do

trabalho se tornou mais visível e acentuada. Entre as décadas de 1810 e 1830, a Vila de São Carlos teve o centro urbano como polo de observação, especialmente por viajantes estrangeiros que passavam pela região, como Luiz D'Alincourt (1818) e Saint-Hilaire (1819). Enquanto o primeiro chamava a atenção para a cadeia e a Casa da Câmara, o segundo notava a estrutura das ruas e das casas do centro urbano da vila. Estas, segundo Saint-Hilaire, “em pouco tempo adquiriria[m] notável importância” (EISENBERG, 1989, p.355-357).

No início do século XIX, Campinas já era vista pelos habitantes da Colônia como um local promissor para se viver. Como analisou Martins (1996, p.43), “sua situação de fronteira aberta, coincidindo com o encontro das rotas do comércio de tropas que iam e vinham de Minas, Goiás e Mato Grosso, certamente colocava Campinas nos primeiros lugares dos migrantes em potencial. Ali, a riqueza era produzida e tinha facilidade de circulação”. Diante dessa complexa realidade, em que pese a atuação cotidiana de diferentes sujeitos históricos em movimento pelas ruas da nascente Vila de São Carlos, emergem-nos algumas preocupações. Sobretudo, tendo em vista as ponderações de Jacques Le Goff (2003, p.422) sobre a manipulação da memória coletiva na luta das forças sociais pelo poder e, conseqüentemente, da apropriação da memória pelos grupos, indivíduos ou classes dominantes, questionamos: como os escravos, os imigrantes (homens livres pobres) e as mulheres – esses diferentes grupos marginalizados do poder – se relacionavam entre si? Como eles se davam a perceber a si e ao mundo em que viviam? Em que medida é possível apreender suas experiências cotidianas por meio da documentação? Como esses diferentes sujeitos constituíram a memória coletiva da nascente comarca de Campinas? Em que medida suas memórias foram silenciadas? Onde podemos visualizar o embate discursivo da memória dominante na relação com esses sujeitos marginalizados do processo político?

Para os historiadores interessados em atingir uma dimensão mais profunda desse processo histórico, em que pese a relação entre memória e história, esses questionamentos colocam-nos diante de novas possibilidades de investigação sobre o nascimento e formação da cidade de Campinas. Sobre essa temática, o Centro de Memória – Unicamp tem um escopo documental indispensável. Em relação às fontes impressas, o acervo contém a compilação completa da produção dos principais memorialistas da história de Campinas: Jolumá Brito (1956), Julio Mariano (1950; 1970) e Celso Maria de Mello Pupo (1969; 1983) são referências clássicas quando se trata da memória da cidade. Porém, a leitura de obras de autores consagrados dentro da historiografia merece toda a atenção e cuidado. Como propôs a historiadora Maria Stella Bresciani, para traçarmos um diálogo profícuo com essas obras, é aconselhável

a análise de seus argumentos colocando-os em diálogo com algumas de suas referências teóricas e historiográficas [...]. Este procedimento permite manter os autores no lugar histórico de onde falam, o que equivale à proposta de não cristalizar seus textos como clássicos intocáveis e, conseqüentemente, não tomar suas conclusões como dogmas. Proponho, pois, restituí-los aos seus lugares de autor. (BRESCIANI, 2009, p. 169).

Para além da produção impressa desses estudiosos, o CMU mantém no rol de seus fundos de natureza privada (de particulares / familiares) a *Coleção Jolumá Brito (1890-1980)*, que é composta por seu arquivo pessoal. Brito atuou como radialista, historiador, jornalista e escritor, sendo um dos intelectuais de maior produção documental sobre a história de Campinas. Segundo informações do site do CMU, a *Coleção Jolumá Brito* é composta

por variadíssima e curiosa tipologia documental, calcada no substrato de sua produção intelectual centrada nos 26 volumes publicados sobre a História de Campinas, em originais de vários trabalhos inéditos, em textos radiofônicos, correspondência variada, documentos originais – que contribuíram expressivamente em questões polêmicas envolvendo a história da cidade – e em filetes datilografados que referenciam fatos bastantes remotos do cotidiano do bairro, vila e cidade de Campinas, principalmente do século XIX.³

Ao preservar uma gama documental de natureza ampla e eclética sobre os principais memorialistas da cidade, o CMU abre aos pesquisadores a possibilidade de investigar *vestígios* importantes acerca do prosseguimento da investigação histórica na qual foi calcada a interpretação desses intelectuais sobre o passado de

³ Disponível em: <http://www.cmu.unicamp.br/arqhist/fec_pes_joluma_brito.php>. Acesso em: 30 jun. 2015.

Campinas, mormente o período colonial, que entre os anos de 1775 e 1822 sofreu uma evolução significativa da população, o que já sinalizava para um relativo sucesso do empreendimento metropolitano, conforme podemos observar na Tabela 1.⁴

De 1800 a 1829 houve um crescimento demográfico de 232% em Campinas, com um aumento significativo dos senhores de engenho (255,5%). O dado que mais nos chama a atenção, porém, é a predominância do alto índice da população escrava, que passou de 29% para 57,7%, o que demonstra que mais da metade da nascente sociedade era composta pelos cativos (MARTINS, 1996, p. 32-38). A complexidade do universo escravo na capitania de São Paulo – com destaque para as especificidades da região de Campinas – é objeto de grande debate dentro da historiografia brasileira, sobretudo nas últimas três décadas. As diversas temáticas englobam a questão do tráfico de escravos interno e externo, a formação da família escrava, religiosidade, alforrias, criminalidade, escravidão urbana, demografia, mestiçagem, dentre outros, e contribuem, de forma geral, para termos uma nova visão do escravo como agente histórico não apenas no mundo rural, mas também no universo urbano.⁵ Dentro do cotidiano da escravidão na comarca de Campinas, um caminho possível de investigação histórica é a busca pela compreensão da fronteira social entre os escravos e homens e mulheres livres pobres para, assim, melhor visualizarmos a constituição dessa nova sociedade através do embate entre as diferentes experiências e, conseqüentemente, o choque entre as diferentes memórias e formações de sensibilidades de grupos tão díspares.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAMPINAS: 1767-1822

Ano	População Total
1767	185
1775	247
1797	2.107
1798	2.184
1800	3.620
1817	5.963
1822	7.369
1829*	8.395

Fontes: Baeninger (1996) e Martins (1996). *Apesar de o ano de 1829 não fazer parte do nosso período de investigação histórica, seus dados demográficos são muito significativos para que tenhamos uma visão mais ampla do crescimento populacional em Campinas nas duas primeiras décadas do século XIX.

Outras duas parcelas da sociedade que nos chamam a atenção neste período (1774-1822) são os pequenos agricultores e as mulheres.⁶ O universo feminino colonial na Capitania de São Paulo já foi tema de pesquisa de alguns historiadores. A reconstituição do cotidiano das mulheres brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo entre o final do século XVIII e início do XIX foi discutida pela historiadora Maria Odila da Silva Dias (1995). A autora elegeu a precariedade das informações contidas nas fontes escritas como o maior obstáculo aos avanços da história do cotidiano das mulheres marginalizadas da capitania paulista. “Deparamo-nos com fragmentos de discursos e realidades díspares, simultâneas” que se apresentam, de forma esparsa, por fontes diversas como as devassas e os processos-crime. Apesar da limitação das fontes, a

4 Sobre a dificuldade do processo de consolidação do açúcar e da expansão populacional, Paulo Eduardo Teixeira (2002, p.3) ressalta a complexidade. Segundo o autor, o processo não foi bem-sucedido em todas as suas etapas e também não se limitou unicamente ao governo do Morgado de Mateus. Pelo contrário, fez parte de uma política metropolitana mais ampla que englobou os demais capitães-generais governadores de São Paulo no período. Para mais informações sobre a política do açúcar posterior a 1775, ver também Petrone (1968, p.15-23).

5 Dentre as principais contribuições da historiografia brasileira para a história da escravidão no Brasil nas mais diversas temáticas, destacamos os trabalhos que se referem particularmente à história de Campinas, a saber: Eisenberg (1989; 1987), Costa (1997), Lapa (1991), Slenes (2011), Pirola (2011), Rocha (2004), Xavier (1996), Cano (1993), Neto (2001), Damásio (1995), Zero (2009), Bacellar e Scott (1990) e Ferraz (2006).

6 Sobre o universo dos pequenos agricultores em Campinas no período, além do trabalho de Valter Martins também destacamos a pesquisa de Cláudia Maria Fuller (1995).

historiadora também indicou possibilidades instigantes de pesquisa para novas leituras da história cotidiana dessas mulheres. “Nas entrelinhas da documentação oficial da Câmara ou dos ofícios diversos dos governadores, abundam informações casuais muito esparsas e também muito frequentes” (DIAS, 1995, p. 23).

Ao estudar as mulheres chefes de domicílio na região em princípios d’Oitocentos, o pesquisador Paulo Teixeira constatou que este papel coube, majoritariamente, às viúvas; o que indica a força das relações sociais delineadas pela formação de famílias e da manutenção do casamento. Teixeira (2002, p.16) constatou ainda que, apesar do movimento da sociedade da Vila de São Carlos começar a ter mudanças significativas a partir de 1814 com o aumento do número de solteiros entre homens e mulheres, foi a partir de 1829 que as mulheres solteiras passaram a ter predominância como chefes de domicílio.

A realidade dessas mulheres chefes de domicílio também foi objeto de estudo do pesquisador Valter Martins (1996, p. 46-47) no raiar do século XIX. Além de verificar que Campinas apresentava alguns importantes sinais de vida urbana por volta de 1800, Martins também comparou a importância das mulheres chefes de domicílio entre o universo rural e urbano. “[...] se as mulheres chefiando fogos entre os pequenos agricultores eram poucas, na área mais urbanizada de Campinas, compreendida nos censos pela 1ª companhia, elas eram numerosas e nem sempre eram registradas como casadas apesar dos seus filhos”. Este indicativo da vida feminina no nascente mundo urbano faz parte de uma teia complexa de relações entre os sujeitos históricos que viviam em uma vila em constante movimento, em busca principalmente de uma melhoria de vida.

Sobre os sentidos do casamento na sociedade paulista colonial, a historiadora Eni de Mesquita Samara (1989) nos esclarece algumas questões. A primeira delas é a forte tradição das uniões matrimoniais. Concebidas como *alianças* entre famílias (sendo um dos agentes fundamentais no mecanismo de mobilidade social), estas uniões não se alteraram de forma significativa a partir de 1808, com a vinda da Corte e o início da predominância do mundo urbano. “Isso se deve também à conformação que adquiriu o meio urbano, impregnado de valores típicos do ambiente rural que predominava na Colônia”, sustenta a autora. O segundo aspecto refere-se à Independência, em 1822. Segundo Samara (1989, p. 87-88), esta importante mudança política não transformou de forma radical esses costumes: “A solidariedade familiar na cidade [...] ainda conservava certas características da comunidade rural”, conclui. Uma questão, porém, é consenso entre os estudiosos. As mulheres sós, chefes de família, travaram cotidianamente uma dura luta pela sobrevivência. E, apesar de sua maciça presença na Capitânia de São Paulo desde o século XVII, essa parcela da sociedade só passou “a atrair a atenção das autoridades, em seus ofícios ou relatórios para o Reino, nas últimas décadas do século XVIII, sob o impacto da moda ilustrada e do reformismo europeizante, que tomou conta das classes dominantes” (DIAS, 1995, p. 29).

Como demonstrou o historiador José Roberto do Amaral Lapa (1995), a partir da segunda metade do século XIX Campinas tornou-se uma das cidades mais representativas da modernidade no Brasil, sendo, inclusive, a “capital agrícola da província”, em uma referência explícita ao desenvolvimento econômico do café e da elite cafeeira. Sob a luz dessas memórias coletivas divergentes, questionamos a participação dos agentes marginalizados do processo político para a estruturação, formação e consolidação de Campinas que, com a construção do Teatro de São Carlos (1850), emergia, definitivamente, para o rol das cidades modernas em busca contínua pela civilização e o progresso. A partir da década de 1870 a representação da bandeira republicana e abolicionista foi o grande marco desse projeto modernizador e civilizatório.⁷ Lapa adverte-nos, porém, para as contradições, limitações e resistências que a sociedade colonial ofereceu ao processo de modernização da cidade.

A conservação e a divulgação destas fontes são de suma importância para a comunidade acadêmica, sobretudo para os historiadores especialistas no período colonial. Primeiramente, por ser um material inédito da história do Brasil e de Campinas. Em segundo lugar, a ampla diversidade documental do CMU para o estudo da Vila de São Carlos entre o final do século XVIII e início do século XIX, abre infinitas possibilidades de pesquisa, consolidando-o nesses 30 anos de existência como um *locus* referencial de pesquisa para a história de Campinas em todas as temporalidades: da colônia à república.

Como bem nos ensinou o mestre Marc Bloch (2001), a observação histórica dos diferentes sujeitos –

7 Para a compreensão do conceito de modernidade nas cidades a partir da segunda metade do século XIX destacamos três obras do filósofo Walter Benjamin (1973; 1986; 1989).

por meio de vestígios esparsos presentes em fundos documentais de natureza diversa – é uma chave essencial para que possamos começar a compreender os embates discursivos de uma dada sociedade.

Referências

- BACELLAR, Carlos de Almeida; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio Odilon. et. al. (Coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: Centro de Memória e Neppo-Unicamp, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775)*. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- _____. *Obras escolhidas III*. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Braziliense, 1989.
- _____. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Braziliense, 1986.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956.
- CANO, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas. 1870-1889*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas. São Paulo: 1765-1850*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- _____. *Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX*. Estudos Econômicos. São Paulo, 17(2), maio/ago., 1987.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. *Testamentos, alforrias e liberdade: Campinas, século XIX*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- FULLER, Claudia Maria. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____, José Roberto do Amaral. In: SIMON, Olga Rodrigues de Moraes von. (Org.). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas*. Homenagem a José Roberto do Amaral Lapa. Campinas: CMU/IFCH, 2000. Entrevista.
- _____. *O mercado urbano de escravos: Campinas - segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MARIANO, Julio. *Campinas de ontem e de anteontem*. Campinas: Maranata, 1970.

- _____. *Crônica da Velha Campinas*. São Paulo: Typ. do Departamento de Investigações, 1950.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*. Os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850). Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1996.
- MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.esp., 1983, p.799-811.
- NETO, Mario Danieli Neto. *A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PIROLA, Ricardo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- _____. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. et.al. (Org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava*. 2.ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Ouro Preto (MG), 2002. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/abep-2002-xiii.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2013.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- ZERO, Arethusa Helena. *Escravidão e liberdade: as alforrias em Campinas no século XIX. (1830-1888)*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.